



# Desmatamento no Brasil: Uma Controvérsia em 50 Tons de Verde

## *Deforestation in Brazil: A controversy in 50 Shades of Green*

**Texto de / Text by** Maria Benevides\*  
**Fotos de / Photos by** Lalo de Almeida\*\*

\*Mestre em Jornalismo Internacional pela City University, Londres, Inglaterra.  
Diretora da Quartzto Comunicações  
cassuca@gmail.com

\*\*Jornalista e Fotógrafo pelo Instituto Europeu de Design, Milão, Itália.  
Fotógrafo do Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, Brasil.  
laloal@uol.com.br

doi:10.18472/SustDeb.v6n3.2015.17232

Castanheira queimada resiste em pé em Novo Progresso, às margens da BR-163, no Pará, onde foi desbaratada uma quadrilha de grandes grileiros em 2015. A grilagem segue um processo conhecido: retirada e venda de madeira nobre em terras públicas sem destinação, seguidas por queimadas e introdução de gado e por sementes de capim plantadas para impedir a recuperação da floresta. A venda da terra grilada e a lavagem do dinheiro financiam novos desmatamentos.

*Burnt Brazil Nut tree still standing in Novo Progresso, at BR-163 highway in Pará. A major land grabbing gang was arrested there in 2015. Land grabbers follow a well known path: they cut and sell wood with commercial value in public lands with no defined use, then they burn the forest, spread grass seeds to prevent the forest to take over again and bring in cattle. Land sales with falsified papers and money laundering allow financing new cycles of deforestations.*





O Brasil reduziu muito o desmatamento na Amazônia, mas estancou há alguns anos na marca de 5 mil km<sup>2</sup>/ano, uma área superior a três cidades de São Paulo, de acordo com o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes).

Como chegar às atuais metas de reduzir o desmatamento a menos de 4 mil km<sup>2</sup> até 2020 e de reduzir ainda mais depois disso?

Biomassas como o Cerrado são igualmente afetados por desmatamento e só agora começam a ser monitorados. Como cumprir a meta de eliminar o desmatamento ilegal contida na proposta brasileira para a Convenção do Clima?

O país pode ampliar a sua ambição e implantar um grande programa de reflorestamento para recuperar 12 milhões de hectares de florestas e 15 milhões de hectares de pastagens degradadas?

São muitas as perguntas sobre esse que é um dos temas ambientais mais controversos no Brasil e no mundo.

*Brazil slashed deforestation in the Amazon Forest, but has now been stuck for a few years around an annual record of 5,000 square km – an area bigger than three times the size of São Paulo municipality, according to the Satellite Deforestation Monitoring Project of the Legal Amazon (Prodes).*

*How to reach the current goal of reducing deforestation to less than 4,000 square km a year by 2020 and beyond?*

*Other biomes, such as the Cerrado (tropical savanna), are equally affected by deforestation, and only now are being monitored. How to reach the goal of cutting down illegal deforestation, as pledged in the Brazilian proposal to the Climate Convention?*

*Can the country really increase its ambition and put into action a huge reforestation programme to restore 12 million hectares of forests and 15 million hectares of degraded pastures?*

*This issue raises a lot of questions, as it is one of the most controversial in Brazil and the World.*

A responsabilização de toda a cadeia passou a ameaçar frigoríficos e supermercados com multas e punições pelo abate e pela venda de carne proveniente de áreas de desmatamento ilegal

*The entire meat production chain became legally accountable for the trade of meat produced in illegally deforested lands. This legal responsibility threatened processing plants and supermarkets with fines and other punishments.*

A presente Galeria descreve o caleidoscópio de medidas tomadas em distintas frentes para reduzir o desmatamento e demonstra que não existem respostas em branco e preto. Ao contrário, o debate sobre o desmatamento reflete ao menos 50 tons de verde e continua ancorado em uma pergunta de fundo provocadora, afinal, devemos nos preocupar com o desmatamento no Brasil? A controvérsia sobre a questão se parece com a interpretação de um copo meio cheio ou meio vazio, que depende dos olhos de quem vê.

O desmatamento da mais extensa floresta tropical do mundo em território brasileiro começou há pouco mais de 40 anos e já atingiu quase 20% da área original. A média, neste período, é de 2.000 árvores derrubadas por minuto.

A partir de 2004, o governo federal brasileiro colocou em prática uma série de medidas para reverter uma taxa de desmatamento fora de controle. O desmatamento alcançou um pico de 27.700 km<sup>2</sup>, naquele ano, de acordo com o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite. O Prodes, operado pelo Instituto Nacional de Estudos Espaciais (Inpe), monitora, via imagens orbitais, o corte raso na Amazônia Legal. Os seus achados consolidados são usados pelo governo como a taxa anual oficial de desmatamento na região.

*This Gallery describes the kaleidoscope of actions taken in different fronts to halt deforestation and demonstrates that answers to questions are never in black and white. On the contrary, this debate reflects at least 50 shades of green and is anchored in a provocative question: Should we worry at all about deforestation in Brazil? The argument resembles the question of a half empty or half full glass, in which the interpretation is in the eyes of the beholder.*

*Deforestation of the biggest tropical forest in the world started some 40 years ago in Brazil and has reached almost 20% of the original area. On average, during this period, two thousand trees were toppled every minute.*

*From 2004, the Brazilian Federal Government set a series of measures to reverse the deforestation rate that seemed out of control. That year deforestation peaked at 27,700 km<sup>2</sup>, according to the Satellite Deforestation Monitoring Project of the Legal Amazon (Prodes). The Project is carried out by the National Institute of Space Studies (INPE) and uses orbital images to monitor clear cutting in the so-called Legal Amazon. Its consolidated findings are used by the government as the official annual rate of deforestation in the region.*

Serragem de diferentes tipos de madeira em serraria de Alta Floresta, em Mato Grosso. O estado apresentou um aumento de 40% no desmatamento em 2015.

*Sawed timber from different types of trees in a sawmill at Alta Floresta, in Mato Grosso. This State had a 40% increase of deforestation in 2015.*



Multas e apreensões de bens e produtos de origem ilegal, como madeira, passaram a ser aplicadas com mais vigor e frequência; áreas de produção foram embargadas; corredores de áreas protegidas foram criados; foram impostas restrições financeiras e comerciais a desmatadores, na forma de responsabilização de toda a cadeia produtiva de produtos florestais. Com o monitoramento, essas medidas foram o ponto de partida para a virada que permitiu a queda drástica das taxas anuais de desmatamento amazônico.

O esforço envolveu também ações da sociedade civil, como o monitoramento independente do desmatamento e o acompanhamento dos efeitos de políticas públicas. Houve ainda o acordo que criou a moratória da soja na Amazônia, monitorado pelo governo, sociedade civil e setor privado. A moratória resultou de denúncias do Greenpeace que obrigaram os grandes traders a criar mecanismos que permitam identificar a soja plantada em áreas ilegalmente desmatadas.



Aspecto da retirada de madeira em um projeto de manejo florestal na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

*Tree toppled in a forest management project at the National Forest of Jamari, in Rondônia State.*

Fines and confiscation of illegal goods, such as timber, became tougher and more frequent; productive lands were embargoed; corridors of protected land were created; financial and commercial restrictions aimed at illegal deforesters were put in place, sharing responsibility among the production chain for forest products. Along with satellite monitoring, these measures were the starting point for the U-Turn that brought about a drastic decrease in annual deforestation rates in the Amazon.

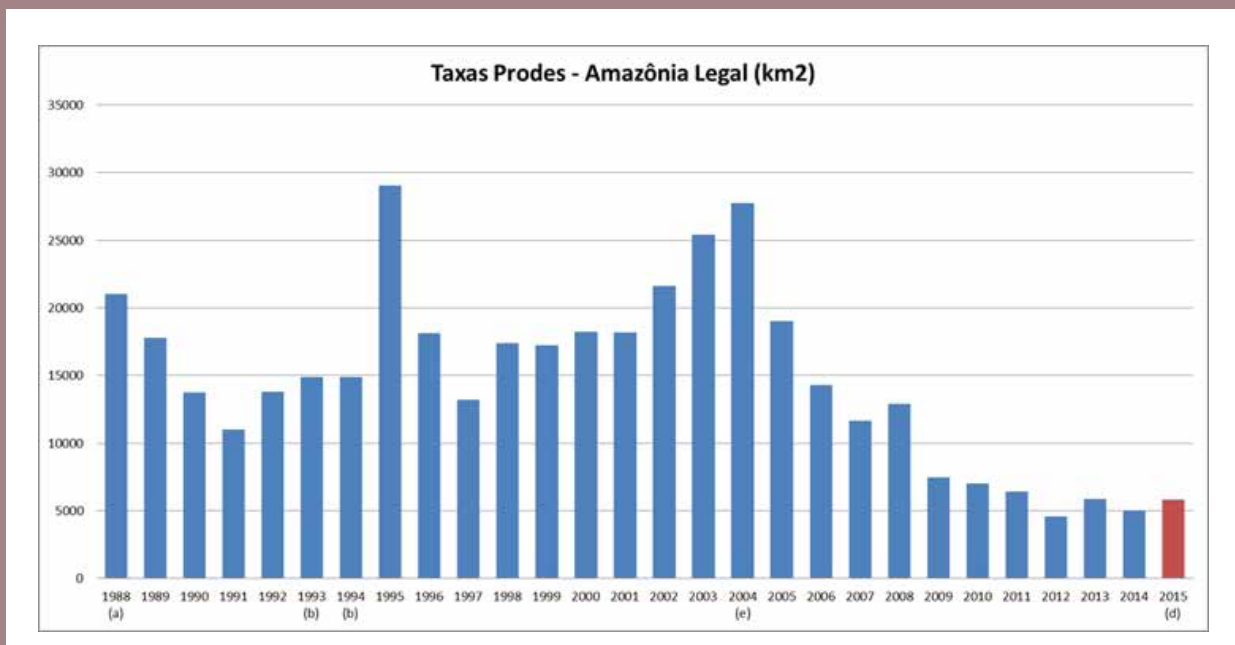
The effort also involved civil society action, such as the independent monitoring of deforestation and the close follow-up of the impact of public policies. And there was the agreement for a Soybean Moratorium in the Amazon, monitored by the government, civil society and the private sector. The moratorium was the consequence of Greenpeace revelations connecting soybean expansion with the Amazon deforestation and obliged big trading companies to create mechanisms that allow the identification of soya planted in illegally cleared land.

O sucesso do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), lançado pelo governo federal em 2004, dependeu também da integração de 14 ministérios, sob a liderança da Casa Civil da Presidência. Somados todos esses esforços, em 2012 a taxa de desmatamento na Amazônia caiu mais de 80%, chegando a 4.571 km<sup>2</sup>. Ela ficou abaixo dos 5.000 km<sup>2</sup> pela primeira vez desde que o monitoramento começou em 1988 (Gráfico 1). Mesmo com essa queda, o Brasil ainda é campeão mundial de desmatamento: perde mais áreas florestadas do que países como Indonésia.

*The success of the Plan for Prevention and Control of Deforestation in the Amazon (PPCDAM, in Portuguese), launched by the federal government in 2004, depended on the integration of 14 ministries under the management of the President's Chief of Staff Office. Adding all those efforts, the rate of deforestation in the Amazon fell more than 80% by 2012, reaching 4,571 km<sup>2</sup> and falling below the 5,000 km<sup>2</sup> benchmark for the first time since 1988 (Graphic 1). Even with that result, Brazil is still the world champion of deforestation: it loses more forested area than countries like Indonesia.*

Gráfico 1 – Taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal, 1988-2015 (km<sup>2</sup>)

*Graphic 1 - Annual Deforestation Rates in the Legal Amazon, 1988-2015 (km<sup>2</sup>)*



Fonte: Inpe / Source: Inpe

Entre as principais causas disso estão a grilagem, a abertura de áreas para pastagem e posteriormente para a agricultura, os desmatamentos em assentamentos da reforma agrária, a abertura de estradas, os empreendimentos mineradores, os garimpos ilegais e as grandes obras como a da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

*Among the main causes for deforestation are land grabbing, clear cutting of areas for pastures and later for agriculture, deforestation in agrarian reform settlements, opening of roads, mining companies and illegal mining, as well as the construction of hydropower plants such as Belo Monte.*



Texto de Maria Benevides e  
Ilustração de Lalo de Almeida

Reassentamento urbano Jatobá, em fase de construção em 2012, destinado a abrigar famílias removidas de áreas que serão alagadas pelo lago da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira (Pará).

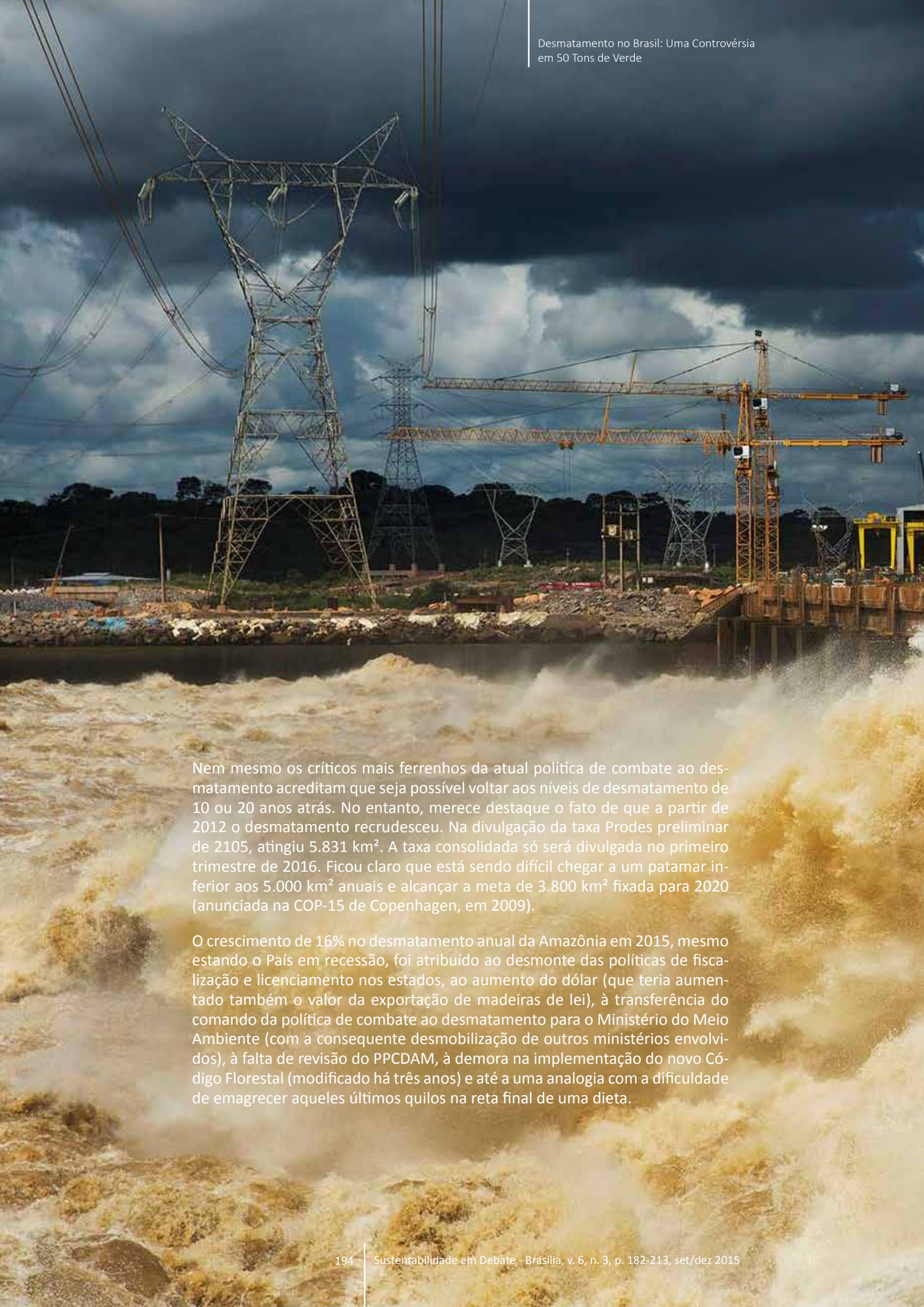
*Urban settlement in Jatobá, under construction back in 2012 to receive families that were relocated from areas that will be flooded when the Hydropower Plant of Belo Monte, in Altamira (Pará State) starts operating.*



Casas de palafitas foram evacuadas em Altamira (Pará): o nível das águas do rio Xingu vai subir e alagar a área quando as turbinas de Belo Monte forem ligadas, em março de 2016.

*Houses on stilts were evacuated in Altamira (Pará): the water level of Xingu River will rise and flood the area when Belo Monte turbines are turned on.*





Nem mesmo os críticos mais ferrenhos da atual política de combate ao desmatamento acreditam que seja possível voltar aos níveis de desmatamento de 10 ou 20 anos atrás. No entanto, merece destaque o fato de que a partir de 2012 o desmatamento recrudescceu. Na divulgação da taxa Prodes preliminar de 2105, atingiu 5.831 km<sup>2</sup>. A taxa consolidada só será divulgada no primeiro trimestre de 2016. Ficou claro que está sendo difícil chegar a um patamar inferior aos 5.000 km<sup>2</sup> anuais e alcançar a meta de 3.800 km<sup>2</sup> fixada para 2020 (anunciada na COP-15 de Copenhagen, em 2009).

O crescimento de 16% no desmatamento anual da Amazônia em 2015, mesmo estando o País em recessão, foi atribuído ao desmonte das políticas de fiscalização e licenciamento nos estados, ao aumento do dólar (que teria aumentado também o valor da exportação de madeiras de lei), à transferência do comando da política de combate ao desmatamento para o Ministério do Meio Ambiente (com a consequente desmobilização de outros ministérios envolvidos), à falta de revisão do PPCDAM, à demora na implementação do novo Código Florestal (modificado há três anos) e até a uma analogia com a dificuldade de emagrecer aqueles últimos quilos na reta final de uma dieta.

A força da água nas turbinas da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia.

*The power of water in the turbines of the hydroelectric plant of Santo Antônio on the Madeira River in Rondônia.*

*Not even the fiercest critics of current policies to combat deforestation believe that its levels can go back to the same rate of 10 or 20 years ago. However, it is important to stress that from 2012 on deforestation rates have been increasing. Preliminary figures of Prodes point to 5,831 km<sup>2</sup> of deforestation in 2015. The final figures will be released in the first quarter of 2016. It is clear that it has been difficult to keep the benchmark below 5,000 km<sup>2</sup> a year and reach the goal of 3.800 km<sup>2</sup> set for 2020 (the announcement was made at COP-15 in Copenhagen, back in 2009).*

*The increase of 16% in the 2015 deforestation rate of Amazon, even with the on-going national recession, was credited to the dismantling of existing policies devoted to monitoring and licensing in the Legal Amazon states, to the rise of the US dollar rate (thus increasing the value of the noble wood species), to the transfer of the management of combat against deforestation to the Ministry of the Environment (causing a demobilisation of other involved ministries), to the lack of the review of the PPCDAM policies, to the slow implementation rate of the new Forest Code (which was reformed three years ago), and even to an analogy of how difficult it is to lose those final pounds in a harsh diet.*

Nem mesmo os críticos mais ferrenhos da atual política de combate ao desmatamento acreditam que seja possível voltar aos níveis de desmatamento de 10 ou 20 anos atrás. No entanto, merece destaque o fato de que a partir de 2012 o desmatamento recuou. Na divulgação da taxa Prodes preliminar de 2105, atingiu 5.831 km<sup>2</sup>. A taxa consolidada só será divulgada no primeiro trimestre de 2016. Ficou claro que está sendo difícil chegar a um patamar inferior aos 5.000 km<sup>2</sup> anuais e alcançar a meta de 3.800 km<sup>2</sup> fixada para 2020 (anunciada na COP-15 de Copenhague, em 2009).

O crescimento de 16% no desmatamento anual da Amazônia em 2015, mesmo estando o País em recessão, foi atribuído ao desmonte das políticas de fiscalização e licenciamento nos estados, ao aumento do dólar (que teria aumentado também o valor da exportação de madeiras de lei), à transferência do comando da política de combate ao desmatamento para o Ministério do Meio Ambiente (com a consequente desmobilização de outros ministérios envolvidos), à falta de revisão do PPCDAM, à demora na implementação do novo Código Florestal (modificado há três anos) e até a uma analogia com a dificuldade de emagrecer aqueles últimos quilos na reta final de uma dieta.

Alguns observadores listaram também os sinais dados pela poderosa bancada ruralista no Congresso, que tem conseguido frear a homologação de terras indígenas e buscado ativamente trazer esse tipo de decisão para a esfera parlamentar. Além disso, ela está por trás ainda da tramitação da PEC 215, cuja aprovação irá permitir a mineração em terras indígenas – estimulando indiretamente o roubo de madeira, o garimpo ilegal e a invasão dessas terras.



*Not even the fiercest critics of current policies to combat deforestation believe that its levels can go back to the same rate of 10 or 20 years ago. However, it is important to stress that from 2012 on deforestation rates have been increasing. Preliminary figures of Prodes point to 5,831 km<sup>2</sup> of deforestation in 2015. The final figures will be released in the first quarter of 2016. It is clear that it has been difficult to keep the benchmark below 5,000 km<sup>2</sup> a year and reach the goal of 3.800 km<sup>2</sup> set for 2020 (the announcement was made at COP-15 in Copenhagen, back in 2009).*

*The increase of 16% in the 2015 deforestation rate of Amazon, even with the on-going national recession, was credited to the dismantling of existing policies devoted to monitoring and licensing in the Legal Amazon states, to the rise of the US dollar rate (thus increasing the value of the noble wood species), to the transfer of the management of combat against deforestation to the Ministry of the Environment (causing a demobilisation of other involved ministries), to the lack of the review of the PPCDAM policies, to the slow implementation rate of the new Forest Code (which was reformed three years ago), and even to an analogy of how difficult it is to lose those final pounds in a harsh diet.*

*Some observers also pointed out to the signs given by the powerful rural lobby in Congress, halting the demarcation of Indigenous lands and actively seeking to change the Brazilian Constitution in the Parliament. The rural lobby is also behind the Constitutional Amendment Project 215, known as PEC 215, which intends to allow the implementation of mining activities in indigenous land –indirectly stimulating illegal mining, wood grabbing and the invasion of those lands.*

*Em Alta Floresta, em Mato Grosso, é fácil identificar os lugares em que a floresta foi eliminada para dar lugar a pastagens. Na foto, um rio sem vegetação nas margens (Áreas de Proteção Permanente) exemplifica como o Código Florestal não está ainda sendo cumprido.*


*Alta Floresta, in Mato Grosso state, is a place where it is easy to find former forested areas cleared to create pastures. The photo shows a river whose margins, called "Areas of Permanent Protection", lack any remaining of natural vegetation, thus evidencing that the Forest Code is still ignored in many areas.*

Quaisquer que sejam os motivos conjunturais, as políticas de comando e controle praticadas há uma década parecem ter alcançado o seu limite no papel de redutoras do desmatamento na Amazônia. Alguns instrumentos poderosos no passado, como a lista dos municípios campeões de desmatamento, criada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), já não intimidam. Em alguns desses municípios, os produtores sequer sabem que estão incluídos na lista.

A necessidade de criar estímulos para um modelo de desenvolvimento sustentável, com mais planejamento e menos exploração desenfreada de recursos naturais, parece ser consensual entre os especialistas. O desenvolvimento sustentável na Amazônia e o fim do desmatamento, porém, dependem de uma questão de alta complexidade: a regularização fundiária. Levantamento realizado pelo Imazon, no Pará, ilustra bem a ligação entre as pendências fundiárias e o desmatamento: é justamente nos 40% do território paraense onde há pendências fundiárias que se concentram 70% dos desmatamentos.


*Whatever reasons can explain the hike in deforestation, policies of command and control in place for a decade now seem to have reached their limits in their role of reducing deforestation rates. Some tools that were powerful in the past, like the dissemination of a ranking of municipalities championing deforestation in the Amazon created by the Ministry of the Environment, are not as intimidating as they used to be. In some of those municipalities, producers are not even aware that they have been included in the ranking.*

*The need to create a stimulus for a sustainable development model, with more planning and lower levels of exploitation of natural resources, seem to be a consensus among specialists. Sustainable development in the Brazilian Amazon and the end of deforestation, nevertheless, depends on a highly complex situation: land regularisation. An Imazon's study conducted in the State of Pará gives a good example of the links between pending issues of land ownership and deforestation: it is exactly in the 40% of the territory of Pará State in which there are land ownership problems that 70% of deforestation happens.*

A large herd of white and brown cows is gathered in a lush green field. The cows are of various breeds, including Zebu and crossbreeds, and are looking in different directions. The background shows a dense line of trees under a clear sky.

Pecuária sustentável em Humaitá, no Amazonas. Pecuária extensiva é a norma na Amazônia. Boas práticas, como cercar, fazer rodízio e adubar pastagens, podem aumentar produtividade sem necessidade de desmatar mais.

*Sustainable livestock farming in Humaitá, Amazonas State. Extensive pasture is the norm in the Amazon region. Good practices such as fencing, increasing the quality of grass and field rotation can increase productivity without the need to extend deforestation.*



Há 30 anos a Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, sofre com invasões de garimpeiros ilegais. Rica em minerais, como cassiterita e nióbio, essa unidade de conservação permite a operação de mineradoras autorizadas, que se comprometem com Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas.

*For 30 years the National Forest of Jamari, in Rondônia, suffers with illegal mining. Rich in minerals such as cassiterite and niobium, this Conservation Unit now allows the operation of registered mining companies committed with projects to Recover Degraded Land.*


Produção de carvão vegetal em Marabá (Pará), para alimentar fornos em siderúrgicas.

*Charcoal being produced in Marabá, South of Pará, to be used to heat stoves in steel plants.*



Na Amazônia Legal, que compreende os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso, além de parte do Maranhão, vivem 24 milhões de pessoas (13% da população brasileira) e é produzida a maior parte da carne e da soja brasileiras. Vivem na região 170 povos indígenas. Com 49% do território brasileiro, a região tem alguns dos municípios com os mais baixos escores dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. A maioria desses municípios depende de atividade florestal. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita regional é a metade da do resto do Brasil. Ela hospeda também a maior biodiversidade do planeta, grande potencial de energia hidrelétrica e ricas jazidas minerais. A Amazônia é palco de quatro em cada 10 conflitos de terra no País.

*24 million people (13% of the country's population) lives in the Legal Amazon, an area integrated by the states of Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins and Mato Grosso, plus part of Maranhão. Most of the meat and soybean produced in Brazil come from the Legal Amazon, which is also home to 170 indigenous communities (povos indígenas, in Portuguese) and covers 49% of the Brazilian total area. The region has some of the municipalities with the lowest Human Development Indexes in the country and the majority of them depend of the forest as their main economic activity; the Gross Domestic Product (GDP) per capita is half of the rest of the country. The Amazon also has the biggest biodiversity of the planet and a great hydropower potential, together with rich and diverse mineral resources. Four out of ten land conflicts in the country take place in the Amazon.*



A produção de carvão vegetal tem sido uma das atividades que mais se aproveita de trabalho escravo.

*Charcoal has been one of the main economic activities fostering modern slavery in Brazil.*

A construção de estradas, que facilitam o acesso das populações mais carentes a serviços básicos de educação e saúde, é também um grande vetor de desmatamento. As estradas precisam ser implantadas com planos regionais de desenvolvimento que não se percam com eventuais trocas de governo.

Aprovada há três anos, a reforma do Código Florestal (Lei 12.651/2012) foi justificada por parlamentares a seus eleitores como uma flexibilização necessária que permitiria finalmente o cumprimento da legislação florestal no País. O novo Código já nem pode ser chamado de novo, mas ainda espera regulamentações importantes, como a do artigo 41, que prevê justamente incentivos para o seu cumprimento.

*Opening roads offering vulnerable people access to basic services of health and education are also a driver of deforestation. Roads need to be opened following regional development plans that cannot be abandoned with eventual political shifts.*

*The reform of the Forest Code (Law 12.651/2012) was presented by Congressmen as a much-needed flexibilization facilitating the compliance of forest legislation. Created already three years ago, the new Code can't even be called "new" anymore, but it is still waiting for important regulation, such as the article 41, which promises new incentives to promote compliance.*

As condições sanitárias dos moradores das casas de palafitas de Altamira, no Pará, são precárias. Cerca de 70% dos habitantes da Amazônia vivem em cidades sem infraestrutura básica.

*The health conditions among the inhabitants of the stilt houses of Altamira, Pará, are precarious. About 70% of the Amazon's inhabitants live in cities lacking basic infrastructure.*




A maior parte da população amazônica é urbana, mas tem menos saneamento, médicos, postos de saúde e hospitais que o resto do Brasil. Mesmo com grandes obras, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a presença do Estado em áreas como a Transamazônica ainda é quase inexistente.

*The majority of the Amazon population is urban, but has less sanitation infrastructure, doctors and hospitals than the rest of Brazil. Even being the scenario of huge construction works, the presence of the government in the Transamazonica Highway is almost inexistente.*



*Since 2003, the Brazilian Constitution determines differentiated approaches towards products and services, depending on their environmental impact and their elaboration processes (article 170). That applies to taxes and credits, among other incentives directly relevant to the article 41 of the Forest Code. The Code itself defines three objectives for its incentives: to foster the preservation of native vegetation, to assist in the restoration of forests and to promote the development of sustainable activities.*

*Environmentalist Roberto Smeraldi, from Friends of the Earth, suggests some directives for the governmental regulation, following the premises set by the Constitution and the Code: to give preference in all credits – from taxes or not – to rural owners who do not have environmental deficits of natural vegetation according to the law. And therefore, do not need to join a State Programme of Environmental Regularisation (PRA) – which by the way, still does not exist in States with the biggest environmental deficits. He also suggests offering a different treatment to rural owners that comply with the PRA (and that are engaged in the compliance programme) and prioritizing family farming.*



Mais de 400 mil índios – a maioria da população indígena do País – vivem na Amazônia Legal. As florestas situadas nas terras indígenas da região estão entre as mais conservadas.

*More than 400 thousand Indians – the majority of Indian population in the country – live in the Legal Amazon region. Forests in indigenous land are the most conserved areas in Brazil.*

A própria Constituição Federal, em seu artigo 170, determina desde 2003 o princípio de tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação. Isso se aplica a instrumentos tributários, de crédito, de compras públicas e outros diretamente relevantes para a implementação do artigo 41 da Lei 12.651/12. O Código Florestal define três finalidades para os incentivos econômicos: fomentar a preservação de vegetação nativa, fomentar a sua recuperação e promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

O ambientalista Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra, sugere algumas diretrizes para a regulamentação governamental, seguindo os parâmetros definidos pela Constituição e pelo Código: dar preferência, em todos os instrumentos criados, sejam eles de crédito, tributários ou não, aos proprietários que não tenham passivos ambientais nos termos previstos em lei e não tenham necessidade de aderir aos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) estaduais que, por sinal, ainda não existem nos estados onde há mais passivos florestais. Sugere ainda oferecer tratamento diferenciado aos proprietários rurais que cumpram o PRA (e aos que estiverem engajados em seu cumprimento) e priorizar agricultores familiares.

Caminhão com madeira ilegal deixa a Terra Indígena Sete de Setembro, em Cacoal – Rondônia. Apenas os indígenas podem extrair madeira em suas terras para uso próprio.

*A truck with illegal timber leaves the Indigenous Land of Sete de Setembro, in Cacoal (Rondônia). Only Indians can topple wood in their land for their own use.*

Ainda sem incentivos e sem os PRAs aos quais aderir, produtores irregulares não têm motivos para se adaptarem ao novo Código. Na hora de venderem a sua produção, os produtores que cumprem a lei não ganham tratamento diferenciado daqueles que não a cumprem. Ambientalistas defendem a isenção de impostos para quem respeita o Código Florestal, já que dos cerca de R\$ 100 bilhões de isenções fiscais que o País concede a todos os setores produtivos, entre 70% e 80% vão para atividades que poluem, e que são grandes emissoras de gases que provocam o efeito estufa, e que usam intensivamente recursos naturais.

O ritmo atual de regularização fundiária também preocupa. Um estudo do Imaazon, divulgado em maio de 2015, prevê que, no ritmo atual, os organismos responsáveis por legalizar assentamentos informais na Amazônia levariam 39 anos para responder aos pedidos de regularização no Pará e 56 anos para fazê-lo em toda a Amazônia.

Sem uma campanha consistente de comunicação do governo federal para estimular adesões ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) – determinação do Código Florestal – recairá sobre os estados a mobilização dos proprietários rurais. Faltando seis meses para o final do prazo para o cadastramento de todas as propriedades rurais do País, que vai até maio de 2016, 40% da área cadastrável ainda está fora do sistema.

*With virtually no incentives or PRAs to join, most irregular producers have no reason to comply with the Forest Code. When the time comes to trade their production, both legal and illegal producers are treated almost identically. Environmentalists defend fiscal exemptions for the few who are already respecting the Forest Code. After all, from the R\$ 100 billion of exemptions given to various production sectors, between 70% and 80% go to industries that pollute and that are big emitters of Green House Gases (GHG), and which use natural resources intensively.*

*The actual pace of land regularisation is also a matter of concern. Another study conducted by Imaazon, released in May 2015, foresees that at the current pace, informal settlements in the Amazon will take 39 years to become legal in the Pará State. To sort the situation in the whole Amazon Region, the government would need 56 years.*

*Without a consistent communications campaign by the Federal Government to motivate producers to join the Rural Environmental Registry (CAR) – established by the Forest Code – the States will have to carry the mobilisation of rural producers. With only six months to go until the deadline of May 2016 for all rural properties to join the registry, 40% of the total area has not been yet registered.*

Boiadeiros e boiada na estrada, em Paragominas, no nordeste do Pará. O município foi o primeiro a sair da lista dos campeões de desmatamento por meio de um pacto pelo “Desmatamento Zero”, em 2010. A lista não é mais considerada tão importante hoje em dia.

*A cowboy leads livestock in a road in Paragominas, Northeast of Pará State. The municipality was the first to leave the champions of deforestation list with a “Zero Deforestation” policy, in 2010. The list is not considered so influential nowadays.*

Um relatório do Inpe, feito em cooperação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o International Institute for Applied System Analysis (IIESA), o Pnuma e o World Conservation Monitoring Centre, simulou cenários de implementação do novo Código Florestal. Concluiu que, em um cenário de cumprimento do Código expresso na recuperação ou na compensação dos passivos florestais, o desmatamento líquido zero se concretizará em 2030.

Se consolidar os avanços no combate ao desmatamento e avançar na regulamentação, regularização fundiária e na implementação de incentivos não fossem desafios suficientemente complexos, o governo ainda precisa implementar a promessa de iniciar a recuperação e o reflorestamento. Isso é necessário para cumprir a meta de recuperar 12 milhões de hectares até 2030, anunciada nos Estados Unidos pela presidente Dilma Rousseff, durante a visita oficial ao país em 2015 e apresentada à Conferência do Clima (COP-21). Isso exige tirar do papel o Plano Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa (Planaveg). Esse plano passou por consulta pública em 2015 e prevê ações até o final do século para promover a recuperação da vegetação em áreas ilegalmente desmatadas e evitar o desmatamento e a degradação em áreas de ativo ambiental, ou seja, áreas de vegetação nativa que podem se transformar em desmatamento legal no futuro. Como o Código Florestal prevê um percentual que varia de 20% a 80% de áreas de cada propriedade rural privada passíveis de desmatamento para permitir a produção, é premente a necessidade de criar mecanismos que evitem o desmatamento.

*A report from Inpe, created in cooperation with the Economic Applied Research Institute (Ipea), the International Institute for Applied System Analysis (IIESA), UNEP and the World Conservation Monitoring Centre, has simulated scenarios for different levels of Forest Code implementation, concluding that in a scenario of fulfilment of the Code in which farmers used restoration or compensation of forest deficits, the liquid zero deforestation will happen by 2030.*

*As if the need to consolidate the progress achieved in combating deforestation, combined with the need to step up regulation, land regularisation and to create incentives was not challenging enough, the government still needs to fulfil its promise of restoring and reforesting 12 million hectares until 2030. This commitment was announced in the United States by the president Dilma Rousseff during her official visit in 2015 and presented to the Climate Conference (COP-21). The challenge implies implementing the National Plan of Restoration of Native Vegetation (Planaveg), which has been under public consultation and pledges actions until the end of the century to foster recovery of native vegetation in areas deforested illegally and to prevent deforestation and degradation in areas with more vegetation than obliged by law – e.g. areas that could be legally deforested in the future. As the Forest Code allows a percentage that varies from 20% to 80% of the total areas of rural properties to be deforested, depending of the biome, it is urgent to create ways of preventing legal deforestation.*

Áreas de Preservação Permanente (APPs) parecem ilhas de floresta, conforme se observa nesta fazenda em Paragominas, no nordeste do Pará.

*Permanent Protection Areas (APPs in Portuguese) appear as green islands floating on a farm in this aerial photo of Paragominas, Pará. APPs protect sensitive areas, such as springs and rivers.*

Caminhões carregados com soja em Sorriso, em Mato Grosso, viajam em direção aos portos.

*Trucks loaded with soybeans leave Sorriso, in Mato Grosso, travelling to the ports.*



O monitoramento por satélite realizado pelo sistema TerraClass, também do Inpe, permite acompanhar a mudança de usos da terra. No final de 2014 ele mostrava que 23% das áreas desmatadas até 2012 na Amazônia já estavam em processo de regeneração.

A mesma tecnologia aplicada à Amazônia foi usada no Cerrado, bioma comumente chamado de “berço das águas” que descem para a planície amazônica e que seria a “caixa-d’água” do Brasil. Dados do TerraClass, revelados pelo Ministério do Meio Ambiente em novembro de 2015, mostram que 43,38% do Cerrado já foi devastado para dar espaço a centros urbanos, silvicultura, mineração e, principalmente, agricultura e pastagens.

*Satellite monitoring of TerraClass system, also from Inpe, monitors the change of land use. At the end of 2014, it showed that 23% of deforested areas in the Amazon up to 2012 were already in a regeneration process.*

*The same technology applied to the Amazon was used in Cerrado, often called “cradle of waters” whose waters flow to the Amazon plains, making the Cerrado a “water reservoir”. Data from TerraClass, made public by the Ministry of Environment in November 2015, pointed that 43,38% of Cerrado has been destroyed to give way to urban centres, forestry projects, mining and mainly agriculture and pastures.*

Os desafios são imensos, mas os resultados dos esforços de restauração e reflorestamento – incluindo o bioma Cerrado – podem ser ainda mais positivos do que os obtidos com a contenção do desmatamento entre 2004 e 2012, dos quais o País tanto se orgulha.

*Challenges are certainly breath-taking, but results of the efforts for restoration and reforestation – including the Cerrado biome – can be even more rewarding than the ones obtained to combat deforestation between 2004 and 2012, of which Brazil is so proud of.*

Aspecto de uma fazenda em Lucas do Rio Verde, município produtor de soja em Mato Grosso.

*Farm in Lucas do Rio Verde, one of the biggest producers of soya in Mato Grosso.*



Área preparada para a lavoura em Paragominas, no Pará, o primeiro município brasileiro a adotar uma política de desmatamento zero. Investimento na qualidade do solo impede o avanço sobre a floresta.

*Area prepared for agriculture in Paragominas. The first municipality to adopt a zero deforestation policy invests in soil quality to prevent deforestation while expanding production.*

#### Referências / References

NOBRE, A. D. O Futuro Climático na Amazônia: relatório de avaliação científica. São José dos Campos, SP. ARA: CCST-INPE: INPA, 2014. e-book. p. 28. Disponível em: <<http://www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/11/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf>>.

Imazon, 2011. O Brasil atingirá sua meta de redução do desmatamento? Belém, PA Disponível em: <<http://imazon.org.br/o-brasil-atingira-sua-meta-de-reducao-do-desmatamento/>>.

Fundo Amazônia, WWF, Rainforest Foundation, IBGE, Ipea, Sudam, Imazon, PNUD – IDH 2010.

Disponível em: <<http://imazon.org.br/amazonia-e-as-eleicoes-2014-oportunidades-e-desafios-para-o-desenvolvimento-sustentavel/#ancora1>>.

Instrumentos Econômicos de Apoio à Implementação do Código Florestal – Brasília, novembro 2014 Disponível em: <[http://www.observatorioflorestal.org.br/sites/default/files/instrumentos\\_economicos\\_de\\_apoio\\_a\\_imple.pdf](http://www.observatorioflorestal.org.br/sites/default/files/instrumentos_economicos_de_apoio_a_imple.pdf)>.

Disponível em: <<http://imazon.org.br/publicacoes/pendencias-fundiarias-no-para/>> e em <<http://imazon.org.br/regularizacao-fundiaria-no-para-afinal-qual-o-problema/>>.

Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2015/12/brasil-tem-condicoes-de-zerar-desmatamento-da-amazonia-diz-pesquisador/>>.

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/pastos-consomem-maior-parte-da-area-desmatada-na-amazonia-diz-estudo-14667988>>.

Plano Nacional sobre Mudança de Clima. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/plano-nacional-sobre-mudanca-do-clima>>.

Desmatamento já atinge metade do Cerrado, diz governo. Disponível em: <<http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,desmatamento-ja-atinge-metade-do-cerrado--diz-governo,10000002977>>.